



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

PUBLICADO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
JORNAL EDITORA O PRESENTE LTDA.
Nº 3709 Ano 23 DE 01.11.2013 pág. 40
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
www.quatropontes.pr.gov.br
EDIÇÃO Nº 12 DE 31.10.2013
DATA DE ENVIO AO LEGISLATIVO
NÚMERO DO PROTOCOLO
DATA DE DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO
NÚMERO DO PROTOCOLO

LEI Nº 1381/2013

DATA: 31 DE OUTUBRO DE 2013

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUATRO PONTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - O Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes criado pela Lei Municipal nº 026 de 01 de julho de 1.993, e reestruturado pela Lei nº 1.059 de 25 de agosto de 2010, no âmbito do Departamento de Saúde de Quatro Pontes e a ele subordinado, constitui-se em unidade orçamentária e gestora dos recursos financeiros destinados às ações e serviços públicos de saúde, desenvolvidos, direta e indiretamente, pelo Poder Público, dentro do Sistema Único de Saúde – SUS, no município de Quatro Pontes, passando a reger-se por esta Lei.

Artigo 2º - Os recursos financeiros destinados à saúde serão administrados pelo Departamento de Saúde de Quatro Pontes, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes, nos termos do § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em especial o disposto no art. 14, observado o Plano Municipal de Saúde, devendo a sua gestão ser acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Saúde de Quatro Pontes.

Artigo 3º - O Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes tem por finalidade captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde no município de Quatro Pontes, coordenados e executados pelo Departamento de Saúde e demais órgãos da administração direta e entidades da administração indireta que executem ações e serviços públicos de saúde.

Artigo 4º - A gestão do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes é de competência do Diretor do Departamento de Saúde, na forma da legislação pertinente, podendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes, integrantes da base de cálculo definida nos arts. 7º, 9º e 10 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e consideradas para o alcance do percentual mínimo fixado pelas unidades integrantes da estrutura da rede pública municipal, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

I. observância das condições gerais existentes em cada nível de operacionalização descentralizada, bem como as demais razões de necessidade, conveniência e oportunidade do Departamento de Saúde de Quatro Pontes;

II. movimentação dos recursos por meio do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes, nos termos no art. 2º, parágrafo único da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Parágrafo único - Cabe ao Diretor do Departamento de Saúde promover a consolidação das contas referentes às despesas executadas por todos os órgãos e entidades integrantes da rede pública municipal, elaborar relatório detalhado para fins de prestação de contas e declarar os dados sobre o orçamento público municipal da saúde e sua execução ao SIOPS, em consonância com os arts. 33, 36 e 39, § 2º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Artigo 5º - As receitas do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes são constituídas:

I. por no mínimo 15% (quinze por cento) da arrecadação anual dos impostos municipais a que se refere os art. 155, 156 e dos recursos de que tratam o art. 158, a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal, a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, observando-se o disposto nos arts. 9º e 10 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II. pelas transferências regulares e automáticas de recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS e Fundo Estadual de Saúde, na forma estabelecida pela legislação pertinente, inclusive em situações de emergência e/ou calamidade pública;

III. pelos rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

IV. pelo produto de convênios, acordos nacionais e internacionais e de outros ajustes congêneres;

V. pelo produto de arrecadação de taxas de saúde pública, multas e juros de mora por infrações à legislação sanitária;

VI. pelas parcelas de produto de arrecadação de outras receitas oriundas de prestação de serviços decorrentes de convênios e outros instrumentos congêneres firmados;

VII. por doações financeiras recebidas;

VIII. pelo produto das operações de crédito;

IX. pelo produto de alienação de bens;

X. por saldos do exercício anterior apurados em seu respectivo balanço;

XI. por ressarcimento de serviços prestados no âmbito do SUS a pacientes de planos privados de saúde;

XII. por outras multas aplicáveis.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Parágrafo único - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser mantida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes e em estabelecimento oficial de crédito.

Artigo 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes, constituído em unidade orçamentária própria, deve evidenciar as políticas governamentais, observados o Plano Municipal de Saúde, o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Artigo 7º - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a sua execução orçamentária e financeira, observadas as normas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, devendo estar integrada aos sistemas financeiro e orçamentário do município.

Artigo 8º - As despesas com ações e serviços públicos de saúde administradas pelo Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes, observadas às disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão as referentes a:

I. vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e sanitária;

II. atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;

III. capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV. desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;

V. produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

VI. saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar;

VII. manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

VIII. investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

IX. remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

X. ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde;

XI. gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

Parágrafo único - *Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o art. 4º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, aquelas decorrentes de:*

I. pagamentos de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;

II. pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área;

III. assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;

IV. merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do caput deste artigo;

V. saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;

VI. limpeza urbana e remoção de resíduos;

VII. preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VIII. ações de assistência social;

IX. obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde;

X. ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

Artigo 9º - *Eventuais saldos positivos, apurados em balanço patrimonial do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes, deverão ser transferidos para o exercício financeiro subsequente, quando:*

I. tratar-se de saldo de transferência regular e automática do Fundo Nacional de Saúde ou Fundo Estadual de Saúde;

II. tratar-se de saldo de recursos oriundos de receitas de prestação de serviços pela rede própria de serviços de saúde do Departamento de Saúde de Quatro Pontes, que deverá ser mantido na mesma programação orçamentária;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Artigo 10º - No que se refere à transparência e visibilidade da gestão da saúde, de acordo com o art. 31º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas periódicas da área da saúde, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase no que se refere a:

I. comprovação do cumprimento do disposto na Lei Complementar;

II. Relatório Anual de Gestão do SUS;

III. avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS.

Artigo 11º - Sobre a escrituração e consolidação das contas da saúde, o Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes deverá manter registro contábil relativo às despesas efetuadas com ações e serviços públicos de saúde, bem como a consolidação das contas referentes às despesas com ações e serviços públicos de saúde executadas por órgãos e entidades da administração direta e indireta do município, conforme art. 32º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Artigo 12º - A prestação de contas deverá conter demonstrativo das despesas com saúde que integrará o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), para subsidiar a emissão do parecer prévio do Tribunal de Contas, seguindo o art. 34 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e o art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - As receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Executivo, assim como em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório resumido da execução orçamentária que o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, conforme art. 35º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Artigo 13º - A gestão do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes deverá elaborar Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, conforme indicado no art. 36º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I. montante e fonte dos recursos aplicados no período;

II. auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

III. oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Parágrafo único - O modelo de relatório será elaborado de acordo com padronização aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, devendo ser apresentado até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública a ser realizada na Câmara de Vereadores.

Artigo 14º - Ainda comporá responsabilidade da gestão do Fundo Municipal de Saúde de Quatro Pontes enviar Relatório de Gestão ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estabelecidas na Lei Complementar, devendo ser dada ampla divulgação ao parecer do Conselho, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/2000, que tratam da prestação de contas dos chefes do poder executivo aos Tribunais de Contas e dos prazos para os pareceres.

(**Artigo 15º** - Atribui-se ao gestor de saúde, declarante dos dados contidos no SIOPS a responsabilidade pelo registro dos dados nos prazos definidos, assim como pela fidedignidade dos dados homologados, aos quais se conferirá fé pública para todos os fins previstos na Lei Complementar e na legislação sobre o assunto.

Parágrafo único - Anualmente, o Diretor do Departamento de Saúde atualizará o cadastro no SIOPS, além de indicar a data de aprovação do Relatório de Gestão pelo respectivo Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 16º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Municipais nº 026 de 01 de julho de 1.993 e nº 1.059 de 25 de agosto de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, 31 de outubro de 2013.

(
Celso Bergmaier
Diretor do Departamento de
Administração

(
PAULO CESAR FEYH
PREFEITO